



ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DO DEFICIENTE VISUAL

Thyciane Silva Lima¹
Leiliane Mendes Lima²
Maria Cleudimar Vieira da Silva³

Categoria: Relato de experiência

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Experiências pedagógicas e institucionais com o público-alvo da educação especial.

RESUMO

O presente trabalho faz parte das atividades desenvolvidas na disciplina Educação de pessoas cegas e com baixa visão, no Núcleo de Educação Especial – (NEES) coordenado pela Professora Hildete Pereira dos Anjos, no ano de 2017. Traz, como proposta de trabalho fazer uma análise comparativa entre o trabalho de conclusão de curso de Silva (2015), comparando com o capítulo 3 intitulado: A abordagem histórica cultural e aquisição da leitura e escrita pelas pessoas cegas, escrito por, Silva e Anjos (2016), que abordam o conceito da compreensão de deficiência, como produção cultural, o desenvolvimento da pessoa cega na perspectiva vigotskiana e a perspectivas sobre a alfabetização e letramento em discussão no Brasil e as perspectivas pedagógicas, Esse capítulo está inserido no livro Deficiência Visual e Inclusão Escolar: desfazendo rótulos, organizado por Campos (2016). No seu trabalho de Conclusão de Curso Silva (2015) relata a sua trajetória de vida escolar enquanto deficiente visual, e dentro da análise iremos abordar os seguintes tópicos: processo de alfabetização do Braille, condições socioculturais e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Condições Socioculturais. Práticas Pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma construção das atividades desenvolvidas no Núcleo Eletivo de Educação Especial, realizado em uma atividade de pesquisa com as graduandas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia 2013. O presente trabalho traz como

¹ Thyciane Silva Lima. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/ UNIFESSPA). E-mail: thicybritto@hotmail.com

² Maria Cleudimar Vieira da Silva. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/ UNIFESSPA). E-mail: vieiracleudimarmc@gmail.com

³ Leiliane Mendes Lima. Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FACED/ICH/ UNIFESSPA). E-mail: leila.mendes2009@hotmail.com



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



proposta de trabalho uma análise comparativa entre o trabalho de conclusão de curso de Silva (2015), com o texto: A abordagem histórica cultural e aquisição da leitura e escrita pelas pessoas cegas, escrito por, Silva e Anjos (2016).

SILVA (2015), relata a sua trajetória de vida escolar enquanto deficiente visual, e dentro da análise iremos abordar os seguintes tópicos: processo de alfabetização do Braille, condições socioculturais e práticas pedagógicas.

SILVA e ANJOS(2016), abordam o conceito da compreensão de deficiência, como produção cultural, o desenvolvimento da pessoa cega na perspectiva vigotskiana e a perspectivas sobre a alfabetização e letramento em discussão no Brasil e as perspectivas pedagógicas.

A relevância da produção do artigo se deu pelo fato de poder mostrar aos futuros leitores a perspectiva de aprendizagem para o deficiente visual e também a importância do professor como mediador, acreditando nas potencialidades destes alunos e não focando nas dificuldades. Neste trabalho, tentaremos mostrar como as graduandas de pedagogia participantes do (NEES) utilizam a própria experiência e a fazem dialogar com o conhecimento científico, levando em conta a literatura utilizada no Núcleo acerca do deficiente visual.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é um estudo bibliográfico, e foi desenvolvida, através das alunas participantes do Núcleo Eletivo de Educação Especial- NEES, divididas em grupos. Cada grupo analisou um capítulo do livro de Campos (2016), que abordava uma pesquisa em educação da pessoa com deficiência visual, e o trabalho de conclusão de curso da aluna Silva (2015), que relata sua trajetória escolar até a acadêmica. Para cada um ficou atribuído a tarefa de apresentar em forma de seminário um dos artigos apresentados pelas demais colegas. Cada apresentação foi complementada pela explicação da professora. Por fim, os grupos ficaram responsáveis para desenvolver um artigo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse sentido, o processo de integração exige das pessoas um preparo cada vez maior. A qualificação de educadores é essencial para a formação de bons profissionais. No entanto, a precariedade no que se refere a esta questão pode comprometer o desenvolvimento e inibir o senso crítico desses indivíduos.

Embora existam políticas educacionais que favoreçam práticas inclusivas, estas ocorrem em número inferior à demanda, tornando necessária a conscientização e a implementação de ações que eliminem, assim, as práticas pedagógicas, que muitas vezes, exclui mais do que inclui.

Em relação ao processo de inclusão do deficiente visual, é importante que os professores e demais pessoas envolvidas nesse processo adquiram conhecimentos das especificidades desses alunos, para que possam propiciar situações de ensino e aprendizagem.

Processo de alfabetização do Braille.

A partir da leitura de ambos os textos, percebemos uma relação entre o processo de alfabetização e letramento da trajetória de vida escolar de Silva (2015) e as abordagens destacadas no artigo de Silva e Anjos (2016) que tratam do processo de alfabetização e letramento da pessoa cega no Brasil, tendo o Braille como principal instrumento de alfabetização e as perspectivas pedagógicas acerca do papel da escola e do professor neste processo. Desta forma, uma das primeiras dificuldades sofridas pela discente no processo de alfabetização, foi aprendizagem do código Braille.

Conhecer alfabeto em Braille, para mim, aquilo ali era uma coisa muito sem graça porque eu tinha saído de uma vida que antes eu escrevia, eu pintava, eu tinha e não dependia de ninguém [...] foi muito impactante, na minha vida, eu deixar de fazer uma coisa que gostava pra fazer outra coisa que não gostava que era o Braille. Para mim, aquilo não tinha graça e eu também achava que nunca ia ler

aquilo ali, porque sempre achei muito difícil ler o Braille [...] (SILVA, 2015, p. 27).

Segundo ela, aprender o código Braille parecia uma tarefa impossível, pois exigiu sacrifícios e um tempo maior de alfabetização comparado ao período de alfabetização dos alunos videntes. De acordo com ela o código Braille, era uma leitura chata e mecânica, tanto que ela acabou desistindo em determinado período do aprendizado, retomando tempos depois.

Em relação ao processo de alfabetização da pessoa cega, Silva e Anjos (2016, p. 73) destacam, que “as pesquisas e publicações sobre o processo de alfabetização e letramento da pessoa cega, ainda escassos, se caracteriza pela ênfase no processo de aprendizagem da mecânica da escrita e leitura do código Braille, tratados como sinônimos do processo de alfabetização”.

Percebemos então, em ambos os textos mencionados acima que a teoria e a prática se relacionam, pois o processo de alfabetização da pessoa cega acontece de forma mecânica não levando em consideração o conhecimento de mundo letrada que a pessoa traz.

Condições socioculturais

Neste sentido, é importante destacar as dificuldades sofridas por Silva (2015, p. 34) no que se refere à construção do conceito de deficiência por parte da sociedade. Ela destaca que “a concepção de deficiência vai sendo construída a partir de um imaginário que cria estereótipos, que podem ser reforçados ou não, através do convívio de pessoas com e sem deficiência” [...].

A partir dessa ideia, em relação ao capítulo de Anjos e Silva, entendemos o que de fato torna uma pessoa deficiente é a falta de condições socioculturais que as impedem de se desenvolver e seguir seus objetivos. Segundo as autoras os processos pedagógicos do ser humano, se desenvolvem a partir da cultura, em uma interação coletiva que se traduzem individualmente. Portanto, se pensarmos que o

ser humano é constituído culturalmente, é logico pensar que a concepção de deficiência é produzida culturalmente.

E era essa a discussão que os representantes dos movimentos dos deficientes na década de 70, propunham que a perspectiva de deficiência fosse vista como uma construção social. Por isso, as autoras destacam no texto que a deficiência não se situa no sujeito, mas na situação cultural da qual ela faz parte. E defendem a ideia de que o acesso da pessoa cega a leitura e a escrita é muito limitado, pois existem interpretações de que a leitura de mundo só acontece através da visão. A partir dessa ideia se constroem barreiras para a produção de alternativas eficientes para a inclusão da criança cega no contexto de língua escrita.

Praticas pedagógicas

Nas memórias de Silva (2015), percebemos duas posturas dos agentes educacionais (diretores e professores) a cerca de sua deficiência no que diz respeito às práticas pedagógicas. Iremos destacar primeiramente, professores e diretores que lhes ofereceram maiores oportunidades educacionais, ao contrário daqueles que não lhes deram apoio pedagógico.

Em um de seus relatos sobre a diretora da escola privada denominada a Fazendinha, ela destaca em suas palavras um relato da diretora, “vamos botar ela pra estudar e vamos te ajudar no que for preciso”. (SILVA 2015, p. 30). Em outro momento Silva (2015) relata suas dificuldades quando ingressou em escola pública, percebe-se na fala da diretora a descrença na capacidade dos alunos com deficiência visual em aprender e desenvolver suas potencialidades, foram bem marcantes.

Olha, você vai encontrar tantos alunos deficientes nessa sala. Mas, você não se preocupe com eles, porque eles estão lá só para pegar o diploma de nível médio, não se preocupe! Passe a prova! Se eles não responderem não se importe. Simplesmente passe eles... [...]. (SILVA, 2015, p.31).

Em um de seus relatos, Silva (2015) fala da satisfação em relação a um de seus professores, que marcou muito sua trajetória escolar, por causa de sua prática pedagógica. Esse professor, sem formação específica, conseguiu fazer um ótimo trabalho, pois além de dar sua aula, sempre tirava um pouco do seu tempo no cantinho pra ensinar em particular a ela e um amigo cego que tinha na sala. O professor lia as apostilas e explicava todo o conteúdo; conforme as leituras, as aulas eram gravadas por Silva e seu colega, e assim fazia com todas as outras disciplinas. A aprendizagem do aluno está centrada em parte na postura do professor, e este mesmo sem formação específica deve procurar estratégias para ensinar o aluno com deficiência, promovendo assim possibilidades de aprendizagem.

Outro ponto abordado por Silva (2015) foi a falta de interesse por parte de uma professora a qual ela descreve:

[...]. Me apresentei para ela e disse que eu tinha deficiência visual, tudo bem! Sentei e ela ficou sentada lá no cantinho dela. Ai ela passou minha atividade para fazermos um texto falando sobre a nossa história de vida. [...]. Ela simplesmente não me deu atenção e nem me assessorou em nada. Não me falou nada. [...]. (SILVA, 2016, p. 39 e 40).

Contrariando a descrição acima citada, Silva e Anjos (2016, p. 77) dizem que “cabe a nós professores o desafio de proporcionarmos às crianças meio de acesso e de construção de significados sobre as informações disponíveis no mundo atual, fortemente marcado pela escrita e imagem”. [...].

Percebemos na fala de Silva (2015) a necessidade do professor ter formação para atuar nas salas de ensino regular, proporcionando uma educação eficiente e que favoreça este alunado e suas especificidades. Muitas vezes quando um professor recebe um aluno com necessidade especial, fica sem saber quais as ações a desenvolver com esses alunos e como deve proceder no processo de alfabetização. Alguns desses professores acabam estendendo o conceito de uma deficiência para todos os outros sentidos. Por exemplo, assimilam que o deficiente visual não aprende porque é deficiente em todos os sentidos. A maneira que se

conduz o processo de aprendizagem se concretiza para o desenvolvimento do aluno. O professor tem o papel principal de proporcionar recursos que tornem o aprendizado prazeroso e adaptado a possibilidade de compreensão daquele aluno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que Silva (2015) evidencia as dificuldades e desafios enfrentados ao longo de sua história escolar por conta de sua condição de deficiente, a qual teve que enfrentar os descasos impregnados na sociedade, no qual veem os deficientes como incapazes de aprender como qualquer outra pessoa.

Neste sentido, destacamos que o código Braille é importante para o processo de alfabetização e letramento da pessoa cega, pois através dele, a criança cega terá contato direto com a escrita e com outros gêneros textuais de forma mais autônoma. Desta forma, Silva e Anjos (2016) destacam que, tem se dado uma centralidade no código Braille como sendo um instrumento central na alfabetização e letramento da criança cega, e esta centralidade estão levando a conclusões equivocadas de que a pessoa cega não tem acesso à leitura e a escrita antes da sua inserção no contexto escolar, dando a entender que esta pessoa só terá acesso a leitura e a escrita quando tiver contato com a escola e com o código Braille. Acredita-se nisto, porque é limitado a circulação do Braille.

Todavia, as autoras Silva e Anjos (2016) criticam esta concepção, afirmando que todos nós vivemos em uma sociedade marcada pela presença e uso da escrita, desta forma, não existe pessoa não letrada, o que existe são várias formas de acesso à cultura, escrita e leitura. Portanto, devemos conhecer os significados, os valores e os conceitos que as pessoas cegas têm sobre a escrita, para assim aprendermos mutualmente.

Portanto, nas reflexões aqui realizadas sobre a teoria e a prática a cerca da aprendizagem do aluno cego, apresentadas a partir de uma história de vida, percebemos que as dificuldades e desafios enfrentados ao longo de sua história

escolar por conta de sua condição de deficiente, nos mostra que mesmo em meio a muitas batalhas as pessoas cegas podem sim se desenvolver como qualquer outra pessoa que não apresenta esta deficiência.

Para isto, é preciso que se tenha apoio, preparo e disposição da escola e dos professores para realização de alternativas eficientes de suas práticas pedagógicas para com os alunos cegos, pois esta postura faz toda a diferença no seu processo de aprendizagem. Para se produzir situações de aprendizagem é preciso que sejam levados em conta os saberes pré-existentes dos alunos cegos, sobre a leitura e escrita. Depois é importante problematizar esses saberes, dar sentido e valores a eles, essa é a função da escola, fazer com que os alunos elaborem hipóteses mais sofisticadas sobre as funções da escrita e como está escrita foi culturalmente construído em diferentes povos.

Concluimos que Silva e Anjos (2016) ressaltam os desafios enfrentados por Silva (2015) referente ao seu processo de alfabetização e as práticas pedagógicas. Enfatizando a importância de um melhor entendimento no que tange ao processo de alfabetização, assim como a necessidades de uma educação com qualidade para o deficiente visual. Sabemos que eles tem condições igualitárias de aprendizagem, que são constituídas a partir de suas vivencias culturais e podem ser alfabetizados na mesma idade e série que as crianças videntes. Para que isso aconteça, é preciso que professores e sociedade em geral se preocupem em buscar formas adequadas de interação, para que possam compreender as necessidades dos alunos deficientes visuais enquanto cidadãos e dessa forma invistam em estudos e recursos para este propósito.

REFERÊNCIAS

SILVA, Iara Ferreira da. **O trajeto do aluno deficiente visual até a universidade: memórias de um processo formativo**. 2015. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá.

SILVA, Kátia Regina da. ANJOS, Hildete Pereira dos. A abordagem histórico-cultural e a aquisição da leitura e a escrita pelas pessoas cegas. In: CAMPOS Regina Célia Passos Ribeiro de. (Org.). **Deficiência visual e inclusão escolar: desfazendo rótulos**. Curitiba: CRV, 2016, p. 65- 87.